



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

MARIA LUANA ARAÚJO VIEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO DE
ALUNOS SURDOS EM UMA CIDADE DO ESTADO DO CEARÁ**

CAJAZEIRAS - PB

2018

MARIA LUANA ARAÚJO VIEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO DE
ALUNOS SURDOS EM UMA CIDADE DO ESTADO DO CEARÁ**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Licenciatura
em Letras/Língua Portuguesa, do
Centro de Formação de Professores da
Universidade Federal de Campina
Grande – *Campus* de Cajazeiras - como
requisito de avaliação para obtenção
do título de licenciado em Letras.**

**Orientadora: Profa. Dra. Nozângela
Maria Rolim Dantas**

CAJAZEIRAS - PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

V658i Vieira, Maria Luana Araújo.
A importância da formação do professor para a educação de alunos surdos em uma cidade do estado do Ceará / Maria Luana Araújo Vieira. - Cajazeiras, 2018.
50f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas.
Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) UFCG/CFP, 2018.

1. Educação inclusiva. 2. Formação de professores. 3. Alunos surdos. 4. Educação de surdos. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim. III. Universidade Federal de Campina Grande. IV. Centro de Formação de Professores. V. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU- 376

MARIA LUANA ARAÚJO VIEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO
DE ALUNOS SURDOS EM UMA CIDADE DO ESTADO DO CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em Letras/Língua Portuguesa, do
Centro de Formação de Professores da
Universidade Federal de Campina
Grande – *Campus* de Cajazeiras -
como requisito de avaliação para
obtenção do título de licenciado em
Letras.


Aprovado em: 03 / 08 / 2018.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas

(UAE/CFP/UFCG - Orientadora)



Prof. Esp. Geraldo Venceslau de Lima Júnior

(UAL/CFP/UFCG - Examinador 1)



Profa. Dra. Luisa de Marillac Ramos Soares

(UAL/CFP/UFCG - Examinadora 2)

**A Deus, minha mãe, meu pai e meu
filho Davi.**

Para sempre, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Desde o início da escrita deste trabalho houve muitas intercorrências, me senti muito preocupada por medo de não conseguir, mas é com imensa alegria em meu coração que concluo mais uma etapa de minha vida e finalizo o TCC. Desde que comecei o curso que já tinha em mente muitas das pessoas que eu agradeceria de todo o meu coração aqui nesse texto, com o passar dos dias muitas outras se incluíram no meu sentimento de gratidão pela luz que refletiu positivamente em minha vida. Pouco é o espaço para expor toda a minha gratidão, mas expressarei a minha alegria pela vida de cada um que contribuiu para que eu chegasse até aqui.

Muitas vezes passou pela minha cabeça que eu não iria conseguir, outras vezes apareceram pessoas para me desestimular. Por vezes me peguei aos prantos com tantos trabalhos, provas e pressão, além da minha vida pessoal, enfrentei muita coisa, amadureci dentro da UFCG. Hoje me orgulho de onde estou e com quem estou, os quais cito agora:

Primeiramente eu agradeço a Deus, “Porque dele, e por ele, e para ele são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém!” (Romanos, 11:36)

Deus quem me deu forças e me enviou todas as pessoas que me apoiaram para que eu tivesse garra e persistência, pois não foi fácil. Te agradeço, pai eterno!

Maria Aurineide Araújo O. Vieira, vulgo “a valentona”, minha mãe. Costumo dizer que concluir um curso de nível superior sempre foi um grande sonho meu, mas esse sonho é bem mais de mãe, dorme e acorda sonhando com o dia da apresentação do TCC, ela sempre pegou no meu pé olhando minhas notas, se informando sobre as provas por medo de eu desistir. Apostilas, livros e incentivo veio dela para mim, ela não queria que eu perdesse um projeto e foi assim que aprendi bem mais. A essa pessoa eu devo coisas que dinheiro algum pode pagar, sempre briguenta, mas hoje entendo que tudo foi pro meu bem. Eternamente grata, mãe!

A meu pai Luis José Vieira, por todas as noites que me esperou a meia noite chegar naquele ônibus amarelo, muitas vezes em noites de chuva, frio, perigo, você nunca falhou, sempre que eu chegava na praça avistava aquele celtinha branco e o meu velhinho de blusa de frio me esperando. Também lembro quando o carro faltava gasolina que você ia a pé me esperar na esquina, meu herói que enfrentava os cachorros latindo atrás de morder só para não me deixar vim só para casa. Por

vezes ficava sem nenhum real para poder me dar o dinheiro de merendar na faculdade, meu cúmplice em tudo. Gratidão, pai!

A Gessica Layane, minha irmã, que sempre me apoiou, sempre me explicando como era a academia, me ajudando em simplesmente tudo que precisei. É uma irmã maravilhosa e eu agradeço muito por tudo!

A meu irmão José Jefferson, pelas vezes que me esperou chegar da aula junto com meu pai e por sempre se preocupar em eu não vim no escuro sozinha.

Agradeço a meus sobrinhos, Gabriel Khalel e Alícia, vocês só trazem alegria pra mim, mesmo sem entenderem não imaginam a força que me passam só pelo simples fato de existir.

A José Roberto Alves de Abreu, meu amado e pai do meu filho Davi, o qual construí minha linda família, razão do aumento da minha vontade de vencer. Desde que Roberto passou a fazer parte da minha vida que não tive dúvidas que ele era o homem que eu queria que fosse para sempre meu namorado, pai dos meus futuros filhos e dono do meu coração. É homem de verdade, sempre íntegro e defensor de sua família, nenhum ser nunca me tocou tanto na alma como ele. Sempre que precisei ir para a UFCG em horários que o ônibus não ía ele me levava e no meu primeiro encontro com a minha orientadora ele me esperou a tarde inteira dentro de um carro só para me ajudar. Sou muito grata a você meu companheiro, por Davi, pelo apoio, por se deixar existir em minha vida.

Externo a minha enorme gratidão também por Nozângela, minha amada orientadora que me amparou quando eu mais precisava e topou me orientar de primeira, tarefa árdua, pois eu estava totalmente desorientada. Sem contar no ser humano incrível que ela é, super humana, sem ela esse trabalho não teria sido finalizado nesse período. Esse trabalho é nosso, querida!

O nome da minha amada amiga Marta Kécia jamais poderia faltar aqui nesses agradecimentos, seu companheirismo e compreensão até quando eu não mereci é inexplicável, sempre juntas em todos os trabalhos do curso, sempre juntas em tudo nessa universidade. Como sempre dizemos “é da universidade pra vida” Você é luz na minha vida, minha amiga, te agradeço!

A Noábria Estrela e Adriana Souza, Vocês fazem parte das coisas boas que a faculdade me proporcionou.

A Kaiky Vinícius, o aluno que me fez ter um olhar bem mais humano e profundo, me instigou a conhecer sobre deficiências, meu eterno aluno/ensinador.

À minha amada turma, que mesmo com nossas brigas sempre permanecemos juntos.

A todos os meus professores, desde o ensino básico até a academia, vocês foram fundamentais na minha formação.

Aos que passaram os sufocos comigo no ônibus que nos locomovíamos até a Universidade, mesmo com as adversidades nós fomos felizes e guerreiros.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho!

"A gaivota cresceu e voa com suas próprias asas. Olho do mesmo modo como que poderia escutar. Meus olhos são meus ouvidos. Escrevo do mesmo modo que me exprimo por sinais. Minhas mãos são bilíngues. Ofereço-lhes minha diferença. Meu coração não é surdo a nada neste duplo mundo".

(Emmanuelle Laborrit)

RESUMO

A formação do professor na perspectiva de educação inclusiva para educação de surdos é relevante porque contribui no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo que ingressa na escola regular. A pesquisa se estruturou diante da reflexão sobre a importância do oferecimento de formações de professores para lidar com os estudantes surdos para que possam se utilizar da língua de sinais como instrumento de comunicação e afirmação da identidade da pessoa surda e, assim, oferecer uma educação para as pessoas surdas baseada na modalidade bilíngue. Tendo presente esses aspectos foram realizadas buscas junto às leis que auxiliaram na construção do aporte teórico, tais como o Decreto nº 5.626/05 que regulamenta o acesso das pessoas surdas à educação, como também a Constituição Federal Brasileira (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 (BRASIL, 1996), Plano Nacional de Educação (2014) assim como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). A partir das bases legais e de autores como Skliar (2001), Strobel (2008), Novaes (2010), Slomsk (2010), Dorziat (2011), Lima (2011), Mantoan (1998), foi possível perceber os desafios enfrentados desde a formação do professor até a sala de aula, devido à falta de informação e formação que atenda as necessidades dos estudantes, e como consequência, essa formação incide diretamente no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo até para interagir com o intérprete. Realizamos uma revisão de literatura e uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa. O lócus da pesquisa foi a Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do estado do Ceará, órgão público responsável direto pelo processo educativo do município. Também foi aplicado um questionário para saber se a Secretaria do Municipal de Educação do município oferecia formações aos professores que desse suporte para o ensino de alunos surdos, os sujeitos da pesquisa foram o secretário de Educação e a coordenadora de formações. A pesquisa revelou que não há oferta de formações para os professores do município voltadas para a educação de surdos, o que reflete, negativamente, na prática pedagógica dos professores voltada para o processo de escolarização dos estudantes surdos nas escolas.

Palavras-chave: Formação do professor. Inclusão. Aluno surdo.

ABSTRACT

Teacher training in the perspective of inclusion for deaf education is relevant because contributes aid in the teaching and learning process of the deaf student entering the regular school. This research is structured lightened by reflecting on the importance of offering teacher training to deal with deaf students so that they can use sign language as an instrument of communication and affirmation of the deaf person identity and, thus, offer an education for deaf people based on bilingual modality. Taking these aspects into account, laws that helped to build the theoretical framework were searched, such as the Decree No. 5,626 / 05, which regulates deaf people's access to education, as well as the Brazilian Federal Constitution (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, Plano Nacional de Educação (2014) as well as the a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). From the legal bases and authors such as Skliar (2001), Strobel (2008), Novaes (2010), Slomsk (2010), Dorziat (2011), Lima (2011), Mantoan (1998) it was possible to realize the challenges faced by teachers from teacher education to the classroom, due to the lack of information and training that meets the students needs, and as a consequence, this insufficient training affects directly the deaf student process of teaching and learning, turning difficult even the interaction between him/her and the interpreter. We carried out a literature review and a field research with a qualitative approach. The locus of the research was the Municipal Department of Education of a city in the state of Ceará, a public agency directly responsible for the educational process in the city. A questionnaire was also applied to know if the city Municipal Department of Education offered to teachers training that provided support for teaching deaf students, the subjects of the research were the Secretary of Education and the formation coordinator. The research results revealed that, in this city, there is no offer of training for teachers focused on the deaf people education, which reflects, negatively, on the pedagogical practice of teachers regarding the schooling process of deaf students in schools.

Keywords: Teacher education. Inclusion. Deaf student.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Palavras que influenciam no desenvolvimento do surdo no meio escolar.....	23
Figura 2 - Sustentação favorável a um ensino de qualidade para surdos.....	31
Quadro 1 - Resultado de pesquisa I.....	36
Quadro 2 - Resultado de pesquisa II.....	36

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LP	Língua Portuguesa
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAL	Unidade Acadêmica de Letras
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O SUJEITO SURDO: HISTÓRIA E CULTURA	19
2.1 A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO	21
3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ENSINO DE ALUNOS SURDOS	25
3.1 O PAPEL DO PROFESSOR E OS DESAFIOS DA PROFISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE.....	29
4 PERCURSO METODOLÓGICO	34
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	34
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA	35
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	35
4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	36
5 ANÁLISE DE DADOS.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	48
APÊNDICE B – Termo de Autorização da Pesquisa	49
APÊNDICE C – Questionário	50

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho direcionado ao estudo das questões relacionadas à formação do professor na perspectiva inclusiva tece reflexões sobre a importância da formação continuada de professores, sua influência e relevância no desenvolvimento de um ensino/aprendizagem de qualidade para alunos surdos.

Durante muito tempo a formação de professores para o ensino de pessoas surdas não foi uma preocupação na educação do Brasil, mas com os avanços alcançados pela luta dos surdos, os anos de 1990 e 2000 ficaram marcados pela escrita e publicação de vários documentos internacionais e nacionais como a Declaração de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (Lei nº 4.024, 1996) que influenciaram as atuais políticas educacionais de nosso país.

Com isso, constituiu-se um novo olhar para a educação especial, que deixou de ser vista de forma dicotômica ao sistema comum e passou a ser pensada em conjunto com as propostas pedagógicas da escola regular. Por influência desses novos olhares, a formação de professores para a educação inclusiva tornou-se alvo de estudos, ficando clara a necessidade de existência de cursos de formação voltadas para a área inclusiva.

As políticas governamentais direcionadas à educação da pessoa com deficiência asseguram o direito à educação em todos os níveis e modalidades, bem como inovações pedagógicas que atendam as necessidades dessa população. Tendo por base a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) que estabelece princípios da igualdade (art. 5º) e a educação para todos (art. 205). Diante disso, o sistema educacional garante o acesso e permanência das crianças, adolescentes e adultos nos espaços escolares tendo por objetivo acolher a diversidade em seu meio.

Com a implantação das leis supracitadas que regulamentam a inclusão escolar, nas últimas décadas, tornou-se ainda mais perceptível o movimento dos surdos na luta pelo direito de escrever sua história. Com isso, o principal objetivo de mudança é na educação do surdo baseada na perspectiva bilíngue.

Esta pesquisa surgiu da inquietação e desafios enfrentados por mim quando me deparei com um aluno surdo em uma sala de aula de ensino regular, 6º ano do

Ensino Fundamental, que não era alfabetizado em Língua Portuguesa nem em LIBRAS, embora o aluno tivesse bem familiarizado com sinais caseiros¹, que por vezes divergiam com as mímicas² feitas pela professora e colegas de sala. O aluno apenas transcrevia o material do quadro, livros e cadernos dos colegas. Ficou clara sua dificuldade em decodificar o material que transcrevia e todos os outros textos. A mãe do discente não aceitava a surdez profunda bilateral e sempre buscava opções clínico-terapêuticas³, muito embora o aluno não fosse tão adaptado a essa opção.

As dificuldades enfrentadas pelo aluno surdo foram apontadas pelos seus colegas de sala que desde a educação infantil estudavam com ele, inclusive de uma colega de classe que tornou-se “cuidadora” dele por amizade. A partir de então observou-se o problema, a grande dificuldade de comunicação com o aluno impossibilitava as relações escolares do mesmo.

E isso me angustiava, pois não conseguia me comunicar com ele e muito menos aplicar as atividades que eram levadas para a sala de aula, pois, além de não atender as necessidades do aluno surdo, a escola não dispunha de nenhum profissional que apoiasse o professor e o aluno diante de suas necessidades, Roth (2006) diz que às práticas educacionais inclusivas e à formação docente, a perspectiva da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, na sala de aula regular, necessita de parceria ou colaboração de um profissional especialista, que trabalhe junto orientando o professor que ensine em uma sala de aula inclusiva.

Eu conhecia muito pouco sobre inclusão e nada sobre surdez, embora estivesse no 7º período de academia estudando para ser professora. A angústia e o sentimento de impotência impulsionaram minhas práticas pedagógicas e rapidamente fiz inúmeras pesquisas na internet e busquei ajuda com uma professora de Libras da academia na qual estudo. A angústia também era percebida no olhar da criança surda, que sempre estava a fazer sinais caseiros repetidamente até entenderem para que pudesse se comunicar com alguém.

A direção da escola não aceitava que, durante as aulas de inglês, eu ensinasse Libras a todos da sala, meu propósito era incluir a pessoa surda com os

¹ Sistema de comunicação através de gestos criados pela família, não sistematizados.

² Maneira de expressar o pensamento por meio de gestos e expressões corporais, não sistematizados.

³ Visão relacionada com a patologia e com o déficit biológico, baseia-se em estratégias de correção.

ouvintes e com o mundo. Mas, segundo a diretora, eu tinha que seguir com o conteúdo programado sem me ater a interrupções ou a atividades relacionadas ao ensino da Língua Brasileira de Sinais, já que esta não estava na grade escolar.

A experiência vivenciada que embasa essa pesquisa expõe claramente os desafios enfrentados pelo docente, discente e do corpo escolar por inteiro quando se trata da educação de pessoas com surdez. Ao longo das pesquisas, ensinamentos e trocas de habilidades com o aluno surdo, percebi que naquele caso refletia-se fatores culturais e sociais. O Analfabetismo do aluno perpassava o ensino normativo de línguas e o excluía do meio social, pois não conseguia interagir pelo meio que o ser humano utiliza para a maioria de suas interações sociais: a língua, que passou a ser uma barreira comunicacional.

Essa pesquisa surge, também, da vontade de fazer uma reflexão sobre o processo que está acontecendo na inclusão do surdo, que é um direito garantido pela legislação, mas que no cotidiano do aluno esse direito não é efetivado e o sistema escolar da cidade deixa a desejar.

Diante da experiência relatada elaboramos a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a importância da formação continuada do professor do ensino fundamental em uma cidade do estado do Ceará para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos alunos surdos?

Nessa direção, o objetivo geral dessa pesquisa é verificar se existe a oferta de cursos de formação que dão suporte aos professores para trabalharem com alunos surdos em salas de aula de ensino regular em uma cidade do estado do Ceará.

E os objetivos específicos são: Averiguar a importância da formação continuada dos professores para lidar com alunos surdos; fazer um levantamento das formações oferecidas aos professores pela Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do estado do Ceará.

Com o intuito de didatizar a condução da leitura, esta pesquisa é composta por 5 capítulos, preparando o leitor para a análise dos dados. No primeiro capítulo, temos a introdução que apresenta o tema, a justificativa, os objetivos, estrutura do texto e o apoio teórico.

O segundo capítulo trata de um breve percurso sobre a história e cultura do surdo, fazendo uma rápida apresentação do sujeito surdo, bem como seus direitos e deveres na inclusão escolar. O capítulo está fundamentado nas leis, diretrizes e

estudiosos que subsidiam estudos sobre a inclusão social e cultural do surdo, no qual utilizamos como apoio teórico a Declaração de Salamanca (1994), Strobel (2008) e outros.

O terceiro capítulo foi destinado à formação do professor, com o intuito de percebermos a importância da Formação Continuada para o processo de ensino/aprendizagem de alunos surdos, tendo como principais documentos norteadores o Decreto 5.626/2005 e a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (BRASIL,1996), bem como Pimenta (1999; 2004) entre outros.

O quarto capítulo constitui-se do percurso metodológico, descrevendo, sistematicamente, os caminhos percorridos para o desenvolvimento dessa pesquisa.

No quinto capítulo, apresentamos a análise de dados de um questionário autoaplicável realizado na Secretaria de Educação de uma cidade do estado de Ceará com o intuito de explorar quais os cursos de Formação Continuada eram oferecidos aos professores do município nos últimos cinco anos.

Por fim, têm-se as considerações finais que faz uma breve síntese, abordando os principais pontos e apresenta os resultados da pesquisa.

2 O SUJEITO SURDO: HISTÓRIA E CULTURA

Desde 1994 a Declaração de Salamanca sugere que a educação da pessoa surda aconteça através da Língua Brasileira de Sinais, essa lei efetivou-se, no Brasil, em 2002 com a Lei nº 10.436/2002. A partir de então houve grandes avanços, pois a regulamentação desta lei, por meio do Decreto 5.626/2005, propagou discussões sobre o processo educacional da pessoa surda. Além de elencar muitos pontos sobre as práticas e adaptações que garantisse o acesso e permanência do aluno surdo na escola, também trouxe muitas explicações sobre o surdo.

Segundo o Decreto de nº 5.626/2005, Art. 2º, a pessoa surda é:

[...] aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. (BRASIL, 2005, n.p.).

O Decreto aponta que o surdo é aquele que tem perda auditiva, mas devemos observar que há uma diferença entre deficiente auditivo e surdo, pois a perda da audição não é o suficiente para identificar a pessoa surda, se o aluno escolher se comunicar através da fala, classifica-se como deficiente auditivo. Ser surdo caracteriza-se por sua escolha linguística e cultural, sendo a Libras fator decisivo dessa caracterização. Embora a lei diga que o surdo é aquele que tem perda auditiva, Novaes (2010, p. 57) afirma que: “[...] o que difere um sujeito surdo é o ‘pertencimento ao grupo usando a língua de sinais e a cultura surda que ajudam definir as suas identidades surdas’.”

Os sujeitos surdos, muitas vezes, são vistos pelos ouvintes como pessoas defeituosas que necessitam de tratamento clínico para se encaixarem nos padrões de normalidade. E, ainda, acham que os surdos precisam, além do tratamento, adquirir cultura, pois para a maioria dos ouvintes os surdos são seres sem cultura.

Contrariando essa percepção dos ouvintes, Strobel (surda e doutora em Educação) afirma que a riqueza cultural dos surdos pode ser compreendida da seguinte maneira:

O jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo. (STROBEL, 2008, p. 24).

O uso da Língua de Sinais ou da oralidade é uma escolha que deve ser feita pela família e pelo próprio surdo, caso este apresente condições de decidir pelo sistema de comunicação que irá usar, conforme o Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005, no Art. 16:

A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, **resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.** (BRASIL, 2005, n.p., grifo nosso).

Nessa direção, diante da autorização legal para a realização desta opção linguística, cabe à escola promover planos de ações que incluam a todos diante de suas escolhas.

Conforme o artigo 14º, inciso II, do Decreto 5.626/2005 norteia que as instituições federais devem “[...] ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;” (BRASIL, 2005, n.p.).

A Língua Portuguesa deve ser ensinada como segunda língua, ou seja, pela proposta bilíngue, considerando a semântica como vemos ainda no artigo 14º, inciso VI:

Adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística (sic) manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005, n.p.).

As avaliações devem ser aplicadas de acordo com as possibilidades do surdo. Vale salientar que cerca de 95% dos surdos nascem em famílias nas quais os pais são ouvintes (SLOMSKI, 2010), o que gera conflitos sobre a língua que o aluno é capaz de apresentar maior desempenho acadêmico e aquela que a família do discente irá escolher, optando por vezes, devido a não aceitação social, por tratamentos clínicos terapêuticos como implante coclear, aparelhos auditivos, cirurgias, entre outros.

Skliar (2001) salienta que:

Muitos pais ouvintes – devido à sugestão de certos profissionais clínico-terapêuticos e por falsas representações sociais – tendem a condicionar o contato comunicativo com os seus filhos surdos à aparição de respostas auditivas e orais e não dão atenção aos indícios de comunicação visual. [...].

Entretanto, é difícil imaginar que os pais ouvintes que não aceitam a Língua de Sinais renunciem a toda forma de comunicação com seus filhos surdos, por isso, independente do sigilo e controle de certos profissionais, muitos pais criaram um sistema de comunicação gestual com seus filhos surdos. (SKLIAR, 2001, p. 132).

O sistema de comunicação criado pela família é diferente da Libras e não configura-se como uma língua. A esta forma comunicacional dá-se o nome de sinais caseiros ou *homesigns*. Teixeira e Cerqueira (2014), baseados em Morford (1996), entendem essa forma de comunicação caseira, como sinais estruturados sem a influência da fala e, por esta razão, esse meio comunicacional demonstra similaridade com a Língua de Sinais. Porém, apresenta uma composição simplificada, baseada em generalizações através de gestos icônicos e dêiticos. Percebe-se que é na proposta inclusiva que os alunos usuários de sinais caseiros encontram uma alternativa para o aprendizado da Língua de Sinais na escola.

2.1 A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

Os marcos legais que regulamentam a Educação Inclusiva no Brasil amparam-se na Constituição Federal de 1988, na Declaração de Salamanca, fruto da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade”, ocorrida na Espanha em 1994 e na LDB, Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996).

Mantoan (2001, p. 26) discorre que “[...] ao garantir a todos o direito à educação [...], a Constituição Federal não usa adjetivos”. Por isso, as escolas devem atender aos princípios constitucionais sem excluir nenhuma pessoa em decorrência de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência.

Segundo Dorziat; Araújo e Soares (2011, p. 27) “quando se trata de inclusão, a valorização da língua de sinais para os surdos é questão essencial, como possibilidade de igualdade de condições de desenvolvimento entre pessoas.”

De acordo com Dorziat (2011), o meio social vem se desenvolvendo aceleradamente e, com isso, aumenta a dinamicidade e complexidade dos processos humanos. Diacronicamente a exclusão social perpetua-se, ainda, de forma severa acometida por fatores sócio/culturais.

As políticas públicas têm investido em determinações de leis que propendem à inclusão de todos os alunos, esse conjunto de documentos legais tem o objetivo de assegurar a efetivação de uma escola para todos, como diz a LDBEN, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), que estabelece a educação especial como uma modalidade escolar voltada para “[...] educandos portadores de necessidades educativas especiais” (Capítulo V, Artigo 58).

De acordo com os documentos legais, as escolas recebem a responsabilidade de inclusão de alunos com deficiência, mais especificamente, de surdos. Adquirindo papel influenciador, nesse processo de acesso do surdo ao lócus, para a implantação do princípio de equidade e, desde então, deve desenvolver planos de ação com estratégias que assegurem a permanência do surdo. Segundo Lima (2011, p. 143) essas determinações legais

[...] tem gerado novos desafios para os segmentos mais diretamente envolvidos nesse processo – alunos portadores de necessidades educativas especiais, alunos ditos normais, professores, intérpretes, entre outros-, porque essa determinação não veio acompanhada de maiores reflexões sobre currículo, que envolvem o significado da inclusão para esses sujeitos e as condições de trabalho nas escolas.

Dorziat (2011, p. 21) afirma que “corremos o risco de centrar nossa atenção em textos legais, iniciativas técnicas e capacitação docente, sem, entretanto, problematizarmos a rígida cultura escolar [...]”.

As políticas públicas voltadas para esses fins ainda precisam ter um olhar mais voltado para a realidade que se encontram as escolas. Nessa direção, devemos refletir sobre o encaixe dos processos humanos na teoria, pois a teoria em si não atende significativamente as demandas híbridas e multifacetadas presentes na sociedade contemporânea.

A inclusão escolar “[...] prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção devem frequentar às salas de aula do ensino regular.” (MANTOAN, 1998, p. 19).

Na inclusão não existe a questão do aluno ser apto a frequentar ou não, mas que a escola deve se adaptar a ele. A integração insere alunos que já foram vítimas de exclusão anteriormente, segundo Mantoan (2006) a integração.

[...] refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. (MANTOAN, 2006, p. 18).

Observa-se pela exposição da autora que a integração apenas insere o aluno com deficiência em um grupo escolar, mas não oferece as mesmas oportunidades de trabalho e de aprendizagem. Enquanto que a proposta inclusiva tem como objetivo não deixar ninguém fora das atividades desenvolvidas dentro de todo o sistema de ensino regular com participação plena na vida escolar.

Torna-se perceptível que o surdo encontra muitas barreiras na luta pela inclusão que por vezes enfrenta sozinho por não ter apoio dentro da escola, isso é fato. Deixando, por vezes, de lutar.

A idealização da escola inclusiva é aquela que acolhe toda uma diversidade, uma escola desenvolvida e fundamentada em políticas e práticas educacionais que produzam aprendizado, aceitando e lidando com as diferenças em seu meio. Quebrando as barreiras dos conceitos arraigados da exclusão, sendo, assim, uma escola com socialização e trocas de experiências. Segundo Mantoan (2006, p. 45) “[...] as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas e autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas.”

Basendo-se em Mantoan (2006) e Dorziat (2011), tem-se as seguintes propostas que direcionam as escolas ao receber um aluno surdo, a mesma deve atentar-se a algumas medidas a serem tomadas, visando garantir a inclusão desses sujeitos, como:

- O oferecimento de formação adequada e contínua de todos os envolvidos no processo educativo;
- um currículo flexível que vai de acordo encontro com a acessibilidade do aluno surdo;
- realização de um trabalho de conscientização sobre a inclusão para todos que envolvem o meio escolar;
- comprometimento com o trabalho desenvolvido em função do aluno.

Sabemos que as dificuldades são muitas, pois com a surdez vem acompanhada de uma língua bem diferente do português em sua modalidade que

3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ENSINO DE ALUNOS SURDOS

O tema formação de professores é bem amplo e esse eixo de pesquisa tem inúmeros pontos a serem explorado, principalmente sobre a não existência de formações para a educação comum (PIMENTA, 1999; 2004) como para a educação de alunos com deficiência.

Segundo Fuzari e Franco (2005), a formação continuada é aquela que ocorre posteriormente a formação inicial, objetivando a reposição, a atualização e o aprofundamento de conhecimentos.

A Formação Continuada para professores é um processo necessário de aperfeiçoamento dos saberes à atividade docente, deve ser realizada ao longo da vida profissional, objetivando assegurar uma ação docente efetiva, sendo, a formação continuada, uma expressão muito utilizada no meio educacional, estando correlacionada com qualidade de educação e ensino.

Este é um grande problema que a educação enfrenta hoje, uma formação desde o seu princípio com falhas, que reflete do professor para o aluno e outros. Através da Formação, os professores e a gestão da instituição, tornam-se mais capacitados para lidar sobre todos os aspectos pedagógicos, pois é uma prática de qualidade de aperfeiçoamento de profissionais embasados em uma fundamentação teórica consistente que se associa a continuação de estudos, articulando a teoria e a prática. O foco da formação é otimizar o desenvolvimento de ações e a competência de resolver problemas pedagógicos. Saviani (2010, p. 53) destaca que:

a formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...]. Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado.

Com base em Saviani (2010), observa-se que a formação inicial deveria proporcionar condições de um trabalho docente consciente, não só baseado em teorias. Mas com o destaque de práticas que ajudem no enfrentamento de desafios do processo ensino/aprendizagem, que vale ressaltar que são muitos.

A formação do professor deve ser compreendida como continuação do conhecimento para inovar, vencer os problemas e desafios pedagógicos, levando em consideração que irão trabalhar com a realidade, por vezes bem diferentes de um aluno para outro. Garcia (1999) aponta que são:

[...] os processos de formação inicial ou continuada, que possibilitam aos professores adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos, habilidades, disposições para exercer sua atividade docente, de modo a melhorar a qualidade da educação que seus alunos recebem. (GARCIA, 1999, p. 26).

Considerando a abrangência da formação docente, percebemos a importância dessa continuação de saberes, pois implementa-se profissionalização, socialização e desenvolvimento do professor, tendo em vista que esse profissional é o principal mediador pedagógico.

A LDBEN Lei nº 9.394/96 no artigo 59, expõe que os sistemas de ensino devem oferecer currículo, métodos, recursos e preparo específico que atendam as necessidades dos discentes, considerando sempre as características do aluno, seus anseios, condições de vida e de trabalho, mediando cursos e avaliação.

Com isso, é propagado uma Política Nacional de Educação Especial relacionada à educação inclusiva em 2008 que visa compor políticas públicas que apoiem uma educação com qualidade para todos os alunos. Infere-se que para isso acontecer na prática, deve-se preparar o professor, já que o mesmo é um dos principais mediadores dos saberes.

Segundo Mantoan (1998, p.17) “os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças em sala de aula, especialmente para atender os alunos com deficiência [...]” Isso acontece porque desde a universidade não são oferecidas disciplinas que associem esse saber teórico com a prática da sala de aula. Essa formação deve se iniciar já na universidade e perdura até a prática docente em salas de aula. Pimenta (2004, p. 33) ao falar da importância da teoria relacionada prática na formação de professores ressalta que:

[...] a constatação, no caso da formação de professores, de que o curso nem fundamenta teoricamente a atuação do futuro profissional nem toma a prática como referência para a fundamentação teórica. Ou seja, carece de teoria e prática.

Se considerarmos a escola como o cenário da educação, é necessário que as políticas educacionais priorizem a formação continuada dos educadores, pois no Século XXI, quando pautada no Desenvolvimento Humano, a educação só será eficaz se realmente o educador entender cada vez mais sobre esse desenvolvimento constante, pois para cultivar bons frutos, é necessário primeiro que seja boa a plantação.

Desta forma Correia (2008, p. 28) salienta que:

[...] os educadores, professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia deem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

Esta citação nos mostra que além dos professores, toda a equipe escolar necessita de preparação também, para que haja um trabalho em grupo e para que o professor tenha um suporte que quebra as barreiras da hierarquia com a união e força de todos.

Para a ampliação da discussão sobre formação de professores, é relevante frisarmos sobre a preparação desse profissional para o trabalho com alunos surdos. O contexto escolar do surdo, hoje, depois do processo de democratização da escola, galgou bons avanços pois já existem muitos surdos inseridos no ambiente escolar, mas ainda enfrentando muitas dificuldades que, por vezes, começam pela falta de qualificação dos professores para o ensino e adequação de práticas pedagógicas voltadas para os estes, o que acarreta, muitas vezes, na desistência de muitos alunos surdos como salienta Lebedeff (2006)

[...] é enorme a evasão escolar desse alunado em razão do desafio de terem de aprender conteúdos de diferentes disciplinas numa língua, no caso do português, que eles, em sua maioria não dominam. (LEBEDEFF, 2006, p. 140)

O Decreto 5.626/2005, citado anteriormente, é um documento norteador que garante muitos avanços na inclusão do surdo. No capítulo IV do decreto 5.626/2005, art. 14 trata do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa (LP) para o acesso das pessoas surdas na educação. No inciso III, ainda do decreto defende que deve ser oferecido aos surdos:

[...] c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística (sic passim) manifestada pelos alunos surdos; (BRASIL, 2005, n.p.).

Percebe-se que a falta de cursos de formação para os professores os impedem de planejar atividades que ajudem ao surdo a se alfabetizar através do bilinguismo, como: produções textuais e sinalizadas, contextualizadas, com temas atuais de interesse tanto escolar quanto social.

Os estudos de Stokoe (1960) já afirmavam que a língua de sinais apresentam propriedades e características que uma língua oral possui, aos poucos o método do bilinguismo vai sendo aceito. Sendo assim usadas duas línguas, uma a língua visual e a segunda a oficial do país. Mas ainda não é tão aceitável pela sociedade que a melhor forma de ensinar ao surdo é através da proposta bilíngue,

[...] as escolas precisam estar preparadas para receber todos os alunos e que tenham uma educação de qualidade, com profissionais de educação qualificados para atender as necessidades dos discentes. (MARQUES, s.d., p. 21).

A Libras é uma disciplina fundamental para a formação do docente diante da política inclusiva aplicada na atualidade, é por meio dela que os alunos têm acesso a conhecimentos que nos permitirão atuar enquanto minimizadores de estereótipos e preconceitos à medida que divulgamos a Língua de Sinais e a cultura surda nas escolas.

Ainda a luz do decreto 5.626/05 que regulamenta a formação e certificação de professor, instrutor e tradutor/interprete de Libras, no Art. 14º aborda sobre a formação do professor para o ensino de Libras e expõe que a educação deve dispor de equipamentos, acesso as novas tecnologias, trabalho na perspectiva bilíngue, materiais didáticos alternativos e humanos para um ensino de qualidade.

A Libras é uma língua que se diferencia em suas modalidades da língua portuguesa, apresentando suas singularidades desde sua estrutura até sua efetivação na comunicação do surdo. O professor deve ter o conhecimento dessas singularidades para saber lidar com o aluno surdo.

Para alcançar os objetivos é imprescindível que os professores saibam por onde começar, pois, a educação está mudando rapidamente. O mercado de trabalho, os costumes e a escola estão em mudança constante. Para formar

cidadãos desses novos tempos, adaptações nos conteúdos e práticas pedagógicas terão de ser feitas para acompanhar a nova realidade.

Sabemos que embora a luta pela inclusão dos surdos já seja antiga, os estudos e expansão de conhecimento sobre o assunto estão se perpetuando aos poucos na sociedade, com isso, os professores, muitas vezes, não tem acesso a estudos direcionados ao ensino do sujeito surdo. Para que esses conhecimentos sejam implantados, precisamos da execução do decreto supracitado e dos outros documentos que asseguram o direito dos surdos, que amparam os professores na garantia da promoção dos cursos de formações de professores para que saibam lidar com o ensino do surdo na escola.

3.1 O PAPEL DO PROFESSOR E OS DESAFIOS DA PROFISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Este trabalho não objetiva transferir a responsabilidade de busca de conhecimento e formações somente para o professor, mas os órgãos públicos também devem oferecer o aperfeiçoamento dos conhecimentos dos seus docentes. No entanto, isso também não isenta o professor de procurar atualizar seus conhecimentos na sua área de trabalho. É notável, também, que vários fatores desmotivam o profissional, tais como: o mau pagamento, as condições de trabalho e ainda a falta de formação na área de atuação e, principalmente, de como lidar com o aluno com deficiência.

Ser professor é uma tarefa bem difícil, pois, exige tempo, estudo, pesquisa e outros fatores, tanto para seu desenvolvimento quanto para os alunos. É perceptível que a política do país não o priorizou quando se observa o não oferecimento de condições que os levassem para a formação continuada que valorizasse seu trabalho.

Paulo Freire (1999, p. 18) salienta que:

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda se a opção é progressista, se não está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da justiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se tem outro caminho se não viver a opção de escolher. Encarná-la diminuindo, assim, a distância entre a que se diz e o que se fez.

Essa citação mostra, claramente, o que pode ser feito para o desenvolvimento em relação das questões socioeducativas na construção do ser humano. Tanto a família e a sociedade, quanto à escola contribui para o pleno desenvolvimento do educando, é complacente que cada uma exerça seu papel visando orientar o discente a um futuro promissor, tornando-os capazes de enfrentar as complexidades da vida e aprendendo a lidar com o diferente e excluindo as negações que surgem na sociedade.

Os novos tempos exigem um padrão educacional que esteja voltado para o desenvolvimento de um conjunto de competências e de habilidades essenciais, a fim de que os alunos possam fundamentalmente compreender e refletir sobre a realidade, participando e agindo no contexto de uma sociedade comprometida com o futuro. (HAMZE, 2004, p. 1).

Hoje o docente é um contribuinte para o espaço escolar, é um mediador com intenção política, fazendo com que o âmbito escolar seja coletivo em suas construções. Através de sua bagagem de conhecimento, o professor toma posse e se torna transmissor de seus saberes, contribuindo para um lugar de transformações onde docente e discente possam trocar experiências e articular construtivamente a prática, tendo em vista a comunidade escolar.

É preciso preparar profissionais para que possam desenvolver um trabalho de qualidade e melhor atenderem o público deficiente e assim haja, realmente, uma promoção escolar que os ofereçam sucesso e que se tornem indivíduos capazes de se inserirem em uma vida em sociedade e adentrar no mercado de trabalho.

O trabalho docente com o deficiente na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como a elaboração, a definição, a reinterpretção de currículos e programas que propiciam a profissionalização, valorização e identificação do docente. (PIMENTA, 2002, p. 131-132).

É fato que não basta saber apenas sobre as dificuldades enfrentadas na profissão, é preciso que o educador busque, acima de tudo, refletir sobre estas e procure buscar soluções baseadas em ações coletivas com a comunidade escolar. Como diz Nóvoa (1995), “o aprender contínuo é essencial se concentra em dois

pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”.

Ou seja, além de se desenvolver enquanto pessoa é preciso que o professor prese por um desenvolvimento coletivo da escola de modo geral, tendo em vista que a escola é um ambiente que necessita de ampliação e melhorias constantes no que diz respeito ao desenvolvimento de suas propostas pedagógicas.

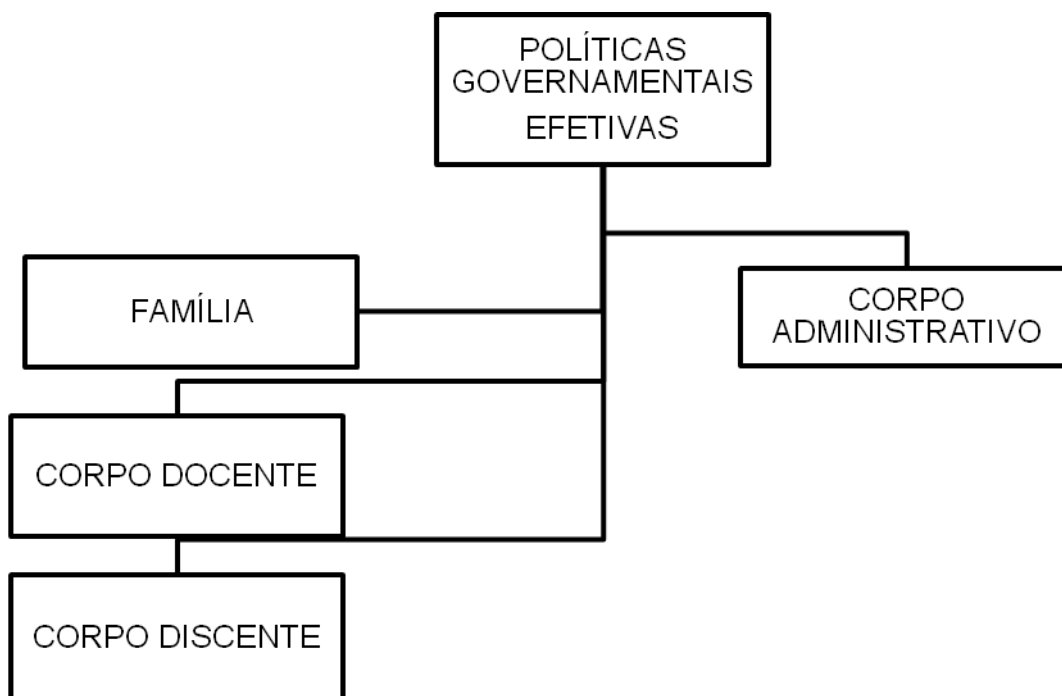
De acordo com Souza, et al., (2012, p.183),

a atividade docente exige diversas necessidades formativas como: dominar o conhecimento a ser ensinado e saber ensinar de formas diferentes; saber gerenciar uma sala de aula; compreender os condicionantes da prática educativa que vão além das atitudes docentes; entender e saber lidar com a complexidade do cotidiano escolar; conhecer o aluno, suas necessidades de aprendizagem [...].

O professor é um eterno estudante, pois a cada dia os saberes se atualizam e é preciso seguir a instantaneidade do mundo globalizado. Professor não é aquele que apenas ensina, é mais, ele estuda, busca meios eficazes para transformar pessoas em cidadãos críticos e construtivos a partir da bagagem trazida por eles, e, com isso, possibilitando o seu convívio com a sociedade.

A seguir apresenta-se um organograma de uma sustentação favorável a um ensino de qualidade para surdos. Sendo apenas uma sustentação, mas que ainda há muitos outros fatores envolvidos.

Figura 2 – Sustentação favorável a um ensino de qualidade para surdos



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

O processo educacional é constituído de vários elementos, como a comunidade, a escola, a família, os funcionários, a gestão, os alunos e os professores, tendo cada um o seu papel no processo de fazer com que os prédios frios e vazios ganhem vida e sejam produtores de sonhos e de perspectivas de futuro. Nesse cenário, o professor passou a ser um dos principais condutores desse processo junto aos alunos [...]. (DANTAS, 2017, p. 47).

Como sabemos, a escola é constituída de vários elementos, sozinha não consegue desempenhar o seu papel, pois como vemos na citação de Dantas (2017) são prédios frios e vazios que só ganham força com a participação de todos os elementos necessários.

A escola adquiriu o papel de educadora e assumiu até o papel da família, discute desde educação sexual à educação para o trânsito, uso de drogas e todas as “mazelas” que a sociedade apresenta. Isto além de um currículo a seguir que sobrecarrega, professores têm múltiplas tarefas além de trabalharem com turmas cheias e ainda ter que lidar com um ganho financeiro que não corresponde a estes esforços.

A falta de infraestrutura das escolas e o não oferecimento de materiais acabam, também, fazendo com que o professor acredite que a carreira escolhida

não lhe traz satisfação pessoal e realização profissional. Além do despreparo para ensinar a alunos reais, sendo que isso não lhe foi apresentado nos cursos de formação e, ainda, um dos grandes problemas dentro da escola: o pouco apoio e participação das famílias dos alunos como refletem (NÓVOA, 1995; RAMALHO e NUÑEZ, 2011).

Faz-se necessário que todos que envolvem o processo educacional apoiem verdadeiramente a prática profissional do professor, principalmente a família e o corpo administrativo da escola, pois assim se alcança uma prática de ensino de qualidade que reflete diretamente na aprendizagem do aluno e no bem estar de todos.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 TIPO DE PESQUISA

Este trabalho foi desenvolvido com base na linha de estudos que se referem à importância da formação do professor para a inclusão escolar de alunos surdos.

Este documento de pesquisa constitui-se de um levantamento bibliográfico teórico por meio de livros, artigos, revistas e legislação pertinente à educação de surdos. Utilizamos como base fundamentadora autores como: Pimenta (1999; 2004), Saviani (2010), LDBEN (Lei nº 9394/96), Decreto 5.626/2005, Correia (2008), Skliar (2001), Strobel (2008), Novaes (2010), Slomsk (2010), Dorziat (2011), Lima (2011), Mantoan (1998), Teixeira e Cerqueira (2014).

Oliveira (2008, p. 69) explica que:

A principal finalidade da pesquisa bibliográfica é levar o pesquisador(a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo. O mais importante para quem faz opção por uma pesquisa é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidas do domínio científico.

Este tipo de pesquisa foi ressaltante para o trabalho, pois possibilitou uma base de informações e conhecimentos acerca do estudo realizado. Influenciando positivamente, na clareza, domínio e confiança sobre a veracidade dos materiais consultados.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo, com o intuito de fazer um levantamento das formações oferecidas aos professores pela Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do estado do Ceará, considerando que este é um dos objetivos dessa pesquisa. Para Prodanov (2013, p. 59):

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Na pesquisa de campo, obtemos um contato direto com o *lócus* da pesquisa. o que possibilita uma visão pertinente e mais avançada da realidade em estudo.

Após pesquisa bibliográfica traçamos um trabalho de natureza qualitativa que segundo Minayo (2001), esse tipo de pesquisa preocupa-se, portanto, com

características do meio vivido, real, que não tem o intuito da quantificação, sua compreensão é voltada para as relações sociais.

Obtendo, assim, um caráter de literatura descritiva, realizando um levantamento de dados partindo da revisão da literatura. Por meio de um questionário autoaplicável tornou-se possível descrever as informações coletadas. Segundo Oliveira (2008, p. 68):

[...] a pesquisa descritiva vai além do experimento: procura analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA

O lócus da pesquisa foi a Secretaria Municipal de Educação localizada em cidade do estado do Ceará. A escolha desse local para pesquisa se deu por ser a instituição que oferece cursos de formação continuada para os professores no município. A importância desse órgão se dá pelo fato dele ser o responsável direto pelo processo educativo do município.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos que responderam em nome da Secretaria de Educação foi o Secretário de Educação e a gerente do programa que oferece as formações no município.

Como a pesquisa não identifica a cidade do órgão pesquisado, este trabalho não foi submetido ao comitê de Ética. Respeitamos todas as exigências legais que estão contidas na Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Foi redigido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Anexo A), um Termo de Autorização da Pesquisa (Anexo B) e um Questionário (Anexo C). Após a apresentação dessas documentações, a coleta dos dados foi autorizada pelo secretário de educação do município onde foi realizado o levantamento dos dados da pesquisa.

4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a contextualização dessa pesquisa utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário autoaplicável, composto por 4 questões (Anexo C), sendo todas subjetivas, elaboradas conforme os objetivos desse trabalho. As questões foram elaboradas a partir dos principais conceitos teóricos e pela necessidade de complementação de informações sobre a oferta de formações, na qual existia a curiosidade de saber do apoio que a secretaria do município dá aos professores no que se trata de educação inclusiva, principalmente por ser uma área que vem sendo implantada há pouco tempo no âmbito educacional brasileiro.

As perguntas consistem em saber quais as formações continuadas oferecidas nos últimos cinco anos naquele município e quais são as áreas/disciplinas que essas formações atuam, bem como buscam conhecer se foi observado algum avanço na educação do município após as formações e quais os principais desafios enfrentados para realizar as formações, com o intuito de averiguar se o município oferta formações voltadas para o ensino/aprendizagem de surdos. A busca dos dados ocorreu em julho de 2018.

Este tipo de questionário é uma técnica muito utilizada em pesquisas na área da educação e, segundo Gil (1999, p. 128), pode ser definido como:

[...] a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Após o recolhimento do questionário respondido, foi realizada a análise desses dados tomando como base os dados e os suportes teóricos.

5 ANÁLISE DE DADOS

Tomando como base a discussão realizada em torno dos documentos orientadores desta pesquisa, analisaremos e debateremos as respostas apresentadas pela instituição que foi objeto de estudo de campo, tendo como princípio orientador das questões apresentadas a oferta de formações para professores voltadas para o ensino de surdos e as dificuldades e avanços apresentados nesse oferecimento. Nessa perspectiva, observaremos se há formações para professores voltadas especificamente para o ensino do surdo.

Inicialmente, o questionário buscou saber quantas Formações Continuadas foram oferecidas para professores do Ensino Fundamental nos últimos cinco anos nesse município. E, ainda, questionamos quais as áreas/disciplinas nas quais são ofertadas as formações para professores, e obtivemos como resposta o apresentado nos Quadros abaixo:

Quadro 1 – Resultado da Pesquisa I

ANO	FORMAÇÃO
2013	-
2014	-
2015	8
2016	8
2017	8

Fonte: Pesquisa, 2018.

Quadro 2 – Resultado da Pesquisa II

ANO	FORMAÇÕES OFERECIDAS
2013	-
2014	-
2015	Português e Matemática
2016	Português e Matemática
2017	Português e Matemática

Fonte: Pesquisa, 2018.

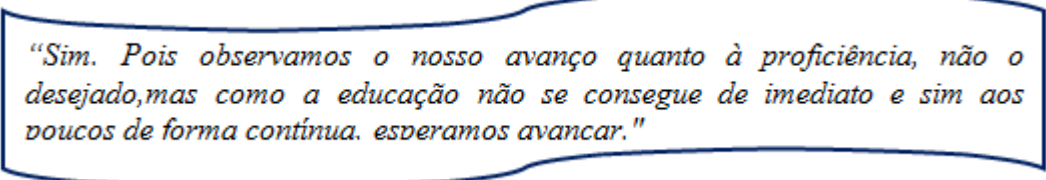
Podemos observar, através dessa resposta, que as formações oferecidas pelo município não abrangem muitas áreas, somente português e matemática, e que no de 2013 e 2014 não houve formação alguma.

Voltando-se para a área da inclusão não há nenhuma formação para o ensino de surdos, com isso esse público fica desassistido e os professores se não buscarem por conta própria, subentende-se que não haverá um ensino/aprendizagem de qualidade. Por isso “O argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho.” (MANTOAN, 1998, p. 53).

A pessoa surda acaba sendo privada do acesso à comunicação e a informação desde a educação infantil até a superior, isso quando os surdos chegam ao ensino superior e não são impossibilitados de seguir os estudos pelas barreiras encontradas pelo não acontecimento verdadeiro dessas garantias oferecidas pela lei, pois como podemos perceber que de 24 formações oferecidas no decorrer dos anos 2015, 2016 e 2017 pela Secretaria de Educação do Município, nenhuma foi voltada para a área da inclusão e, muito menos, para o ensino de alunos surdos.

E, considerando os direitos dos professores para facilitar seu trabalho no âmbito da inclusão, Mittler (2003, p. 35) reitera que “a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional”.

Em continuidade do questionário, procuramos saber se foi observado algum avanço na educação do município com essas formações e recebemos a seguinte resposta:



“Sim. Pois observamos o nosso avanço quanto à proficiência, não o desejado, mas como a educação não se consegue de imediato e sim aos poucos de forma contínua. esperamos avançar.”

Percebe-se que há uma preocupação com o aumento da proficiência, infere-se que essa proficiência seja vista para o aumento de números da educação do referido município, o que acarreta no aumento das taxas de verbas que dependem do crescimento desses números. Mas não se leva em consideração o

desenvolvimento humano e preparação de sujeitos aptos a viver no meio social de forma digna.

O Brasil foi um país que teve uma boa receptividade em aceitar à implantação de um conjunto de medidas no terreno educacional inclusivo, e apesar de ter tido alterações profundas no funcionamento dos sistemas de ensino, os resultados ainda são bem preocupantes. Segundo Duboc (2005) “estudos desenvolvidos pela UNESCO e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2003) revelam que cerca de 41% das crianças não conseguem concluir os oito anos do Ensino Fundamental.” Dados de estudantes sem deficiência.

Esses dados são preocupantes, principalmente na perspectiva da inclusão, pois se há um índice tão elevado de não conclusão do Ensino Fundamental para alunos que não são deficientes, sendo que estes têm mais aporte desde sua inserção ao ensino na escola. Imaginemos os surdos, que enfrentam dificuldades desde a decisão de adentrar na escola. O aluno passa em torno de 5 horas na escola, por vezes sem fazer praticamente nada e isso deixa esses alunos sem motivação para seguir estudando. Isso se perpetua em quase todas as escolas conforme afirma Bueno (1999, p. 13):

Fica claro que a simples inserção de alunos com necessidades educativas especiais, sem nenhum tipo de apoio ou assistência aos sistemas regulares de ensino, pode redundar em fracasso, na medida em que esses alunos apresentam problemas graves de qualidade expressos pelos altos níveis de repetência, de evasão e pelos baixos níveis de aprendizagem.

O que vale dizer que uma quantia significativa de alunos deficientes vai sendo deixada de lado ao longo do percurso da escolarização, resultado de um processo de seletividade, exclusão, marginalização e negação de direitos.

É perceptível que a realidade escolar muito se distancia das ideologias apresentadas, muitas vezes, por superiores que são responsáveis pela disseminação de projetos na educação. Através dessa pesquisa de campo é possível perceber que não há o uso e difusão da Libras entre os professores, pois não há formações para que isso aconteça. Entende-se, com isso, que não se estenda também a alunos, funcionários, direção e entre outros. O que vai em desconformidade com o Art. 14 do decreto 5.626 que defende que as instituições da educação devem “V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras

entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos; [...].” (BRASIL, 2005, n. p.).

Apesar da LDB de 1961 (Lei nº 4.024, 1961), dedicar um capítulo à Educação Especial, explicando-a como uma modalidade de educação escolar ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino. Percebemos, através dessa pesquisa, que não há promoção de formações para professores como são previstas nas leis como também regulamenta o Decreto 5.626/2005 no Art. 22:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas; (BRASIL, 2005, n.p., grifo do autor).

Ao indagar quais as principais dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Educação para a realização de formações obtivemos como resposta:

“Nos anos que estivemos a frente, observamos que a dificuldade maior foi com relação ao espaço físico para realização das formações e a aplicação do projeto por parte de alguns professores.”

Diante da resposta da Secretaria, observou-se que a formação docente estava restrita a um espaço físico. Isso demonstra a falta de interesse com relação ao empenho de uma formação continuada com qualidade, pois o espaço citado é pequeno e sem muita ventilação. Esse espaço é de conhecimento de toda a população da cidade e da pesquisadora que já participou de formações nesse espaço.

A resposta do secretário nos permitiu perceber também que o espaço físico influenciava na organização dos cursos de formação, além de que alguns professores resistiam à implantação do que era proposto nas formações, ou seja,

não efetivavam os projetos em sala de aula. Sabemos que oito formações foram oferecidas em cada ano desde 2015, basta saber se foram suficientes e satisfatórias. Ficando a critério do professor o desenvolver do projeto ou não, pois é ele quem sabe das condições de sua sala de aula para o recebimento de propostas pedagógicas.

Ao falar da formação de professores, Piaget (1984) afirma que essa deveria ser de suma importância, pois

a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for à mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado. (PIAGET, 1984, p. 62)

Ao realizar a análise das respostas do questionário observou-se que a Secretaria de Educação do Município, que foi alvo de pesquisa, não ofereceu nenhuma formação para professores direcionadas para o ensino de alunos surdos ou na área da educação especial nos últimos 5 anos, equivalente aos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. O que responde ao nosso objetivo geral que corresponde em verificar se existem cursos de formação que dão suporte aos professores para trabalharem com alunos surdos em salas de aula de ensino regular uma cidade do estado do Ceará e também aos objetivos específicos que almejavam fazer um levantamento das formações oferecidas pela Secretaria Municipal e discutir sobre a importância dessas formações para lidar com alunos surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse estudo levamos em consideração a importância da Formação Continuada na atuação do professor para o ensino de surdos, pois é através da formação que há atualização de saberes que propendem práticas que se adaptam as necessidades dos alunos.

Percebeu-se que o movimento dos surdos está ganhando forças a cada dia e, apesar dos documentos legais ainda não funcionarem efetivamente na prática, muito já se tem conquistado, mesmo que vagorosamente. Observou-se que muitos são os documentos legais que defendem os direitos do surdo, mas que, infelizmente, ainda há um distanciamento entre a escrita e a prática dessas leis.

Nesse sentido, houve um aprimoramento da nossa bagagem literária e ampliamos a nossa compreensão sobre a importância do oferecimento de formações para os professores voltadas para o ensino de alunos surdos nas salas comuns.

Após revisão de literatura, coleta e análise de dados percebe-se que os suportes teóricos que usamos para fundamentar nossa pesquisa foram adequados e suficientes para o desenvolvimento deste trabalho e para nosso conhecimento, pois conseguimos alcançar nosso objetivo geral que consistiu em verificar se existe a oferta de cursos de formação que dão suporte aos professores para trabalharem com alunos surdos em salas de aula de ensino regular em uma cidade do estado do Ceará e nossos objetivos específicos que eram: Averiguar a importância da formação continuada dos professores para lidar com alunos surdos; fazer um levantamento das formações oferecidas aos professores pela Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do estado do Ceará. E, dessa forma, foi possível responder ao nosso questionamento inicial: Qual a importância da formação continuada do professor do ensino fundamental em uma cidade do estado do Ceará para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos alunos surdos?

Com base na concretização dessa pesquisa e nos dados foi possível observar que as formações oferecidas pela Secretaria de Educação em uma cidade do estado do Ceará para os professores do ensino Fundamental não dão suporte para o ensino de alunos surdos, pois não há oferta de cursos de formação voltados para a educação de surdos.

Almejamos que esse estudo contribua, de forma positiva, com a luta por uma educação para todos, educação de qualidade e ensino sem preconceitos no qual os surdos sejam inseridos de forma efetiva e com todos os seus direitos resguardados e colocados em prática. Bem como o oferecimento de boas condições de trabalho para os professores em todos os eixos de sua profissão, principalmente no seu aperfeiçoamento que reflete diretamente em uma educação de qualidade.

Por ser a formação de professores para o ensino de surdos uma nova esfera de pesquisa, evidenciamos que a discussão proposta por este trabalho não se encontra concluída, o que possibilita, futuramente, fazermos um aperfeiçoamento por meio de novas pesquisas. Isso acontece pelo fato de que o conhecimento nunca se apronta, pois está sempre em processo de atualização e ampliação.

Ao considerar o resultado desse estudo sugere-se a elaboração e oferta, por parte dos órgãos competentes, de cursos específicos para a formação continuada dos docentes na perspectiva inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 5 maio 2018.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- _____. **Declaração de Salamanca**. Brasília: UNESCO, 1998.
- _____. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em: 12 de julho de 2018
- _____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 3 jun. 2018.
- _____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SECADI, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 3 jun. 2018.
- BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, p.7-25, 1999.
- CHOI, D. et. al.; PEREIRA, M.C. C. (Org.). **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- DANTAS, N. M. R. **A inclusão dos estudantes com deficiência no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande: desafios e possibilidades**. 2017. 248 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- DUBOC, M. J de O. A Formação do Professor e a Inclusão Educativa: uma reflexão centrada no aluno. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, n.26, 2005. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2006/02/a13.htm>>. acesso em: 13 de jul de 2018
- DORZIAT, A.; ARAÚJO, J. R.; SOARES, F. P. O direito dos surdos à educação: que educação é essa? In: DORZIAT, A. (Org.). **Estudos Surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011. p. 21-60.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**: saberes necessários à prática educativa. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FUSARI, J. C.; FRANCO, A. de P. A Formação Contínua como um dos Elementos Organizadores do Projeto Político Pedagógico da Escola. **Formação Contínua em Serviço e Projeto Pedagógico**: Uma Articulação Necessária. 2005.

_____. **Educação como prática da Liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, C. M. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Porto Alegre: Porto Editora, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HAMZE, Amélia. **O Professor e o Mundo Contemporâneo**. Site: Brasil Escola (Canal do Educador). São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.educador.brasilecola.com/gestaoeducacional/professormundo.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

LEBEDEFF, T. B. Análise das estratégias e recursos “surdos” utilizados por uma professora surda para o Ensino de Língua escrita. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n Especial, p. 139-152, jul./dez. 2006.

LIMA, N. M. F. Inclusão escolar de surdos: o dito e o feito. In: DORZIAT, A. **Estudos surdos**: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011. P. 143-170.

MACHADO, P. C. **A política educacional de integração/inclusão**: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

MANTOAN, M. T. E. (1998) Ensino Inclusivo/Educação (de qualidade) para todos. In: **Revista Integração, Ministério da Educação e do Desporto**, SEESP, ano 8, n. 20, 1998, p. 30-32.

_____. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006, p. 7–37.

_____, M. T. E. (Org.). **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

MARQUES, E.; Barbosa, R.; Prates, I. 2015. Transformações econômicas e grupos sociais. In: Eduardo Marques. (Org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo: Editora Unesp/CEM, p. 21-45.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep. 1993.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: Contextos Sociais**. São Paulo: Artmed, 2003

NOVAES, E. C. **Surdos: educação, direito e cidadania**. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2010.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A.(Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In: Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15–34.

_____, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

_____, S.G; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMALHO, B. L; Núñez. S. B. Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares. **Revista Educação em Questão**, v. 40, n. 26, jan./jun. Natal/RN, 2011.

ROTH, B. W. (Org.). Experiências Educacionais Inclusivas. **Programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Especial. 191 p, 2006.

SLOMSKI, V. G. **Educação Bilíngue para Surdos: concepções, implicações e práticas**. Curitiba: Juruá, 2010.

SKLIAR, C. A perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação de surdos. In. **Educação & Exclusão**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. Educação Nacional. João Pessoa: Secretaria de Educação e cultura/ SEC, 199, p. 7-43.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2008.

TEIXEIRA, E. R.; CERQUEIRA, I. F. Sinais caseiros: ponto de partida para o letramento de crianças surdas e consequente aquisição de Libras e português escrito como L2. In. SIELP – simpósio internacional de ensino de Língua

Portuguesa. v. 3, n. 1, 2014, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/11/535.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

SAVINI, D. XX – formação de professores. In: Livro: **Interlocuções Pedagógicas: Entrevista**. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

SOUZA. A. P. G. de, et al. **A escrita de diários na formação docente**. Belo Horizonte. 2012.

STOKOE, W. **Sinal e Cultura**: Uma leitura para Estudantes da língua na América, 1960.

UNESCO e Organização para a cooperação e desenvolvimento. - OCDE - **Revista Veja**, 9 de julho 2003.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora responsável: Nozângela Maria Rolim Dantas

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Prezado/a Participante,

Você está sendo convidado/a a participar dessa pesquisa de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa, torna-se relevante compreender as informações e as instruções contidas neste documento. Você tem o direito de desistir a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Esta pesquisa faz parte de um estudo monográfico cujo objetivo é analisar se as formações continuadas oferecidas em uma cidade do estado do Ceará dão suporte pedagógico aos professores para trabalharem com alunos surdos em salas de aula de ensino regular do ensino fundamental. E os objetivos específicos são: Averiguar a importância da formação continuada dos professores para lidar com alunos surdos; fazer um levantamento das formações oferecidas aos professores pela Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do estado do Ceará.

A informação recolhida é de caráter estritamente confidencial e servirá unicamente para este estudo de cunho qualitativo. Sua participação, nesta pesquisa, consistirá apenas na coleta de dados dispostos em seus arquivos. Além disso, trará maior conhecimento sobre o tema abordado e não representará qualquer risco de ordem psicológica.

As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados.

Ciente do que foi exposto no TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, estou de concordância em participar desta pesquisa.

Umari/Ce, ____ de _____ de 20__

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do participante

APÊNDICE B – Termo de Autorização da Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

Cajazeiras, 02 de julho de 2018

Para o Sr. Robson Miguel, Secretário de Educação do Município de Umarí/CE.

Eu, Prof^a. Nozângela M^a Rolim Dantas – Mat. SIAPE: 1694602-1, professora da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no momento estou orientando a aluna Maria Luana Araújo Vieira, Mat. 213230223, que esta desenvolvendo sua monografia sobre a formação do professor para lidar com aluno surdo, cujo objetivo é analisar se as formações continuadas oferecidas em uma cidade do estado do Ceará dão suporte pedagógico aos professores para trabalharem com alunos surdos em salas de aula de ensino regular do ensino fundamental. E os objetivos específicos são: Averiguar a importância da formação continuada dos professores para lidar com alunos surdos; fazer um levantamento das formações oferecidas aos professores pela Secretaria Municipal de Educação de uma cidade do estado do Ceará.

Vale salientar que tendo presente as diretrizes que norteiam a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, sobre os procedimentos Éticos na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, ter-se-á o cuidado de não ferir a privacidade da Instituição nem sua materialidade e imaterialidade, no intuito de contribuir com o seu crescimento institucional e acadêmico. Logo, será respeitado o anonimato dessa Secretaria, pois a pesquisa é uma ferramenta que visa a melhoria do objeto pesquisado e os dados colhidos têm em vista à produção de conhecimento científico e à contribuição com novos dados, os quais possam melhorar as políticas de inclusão já existentes no município.

Sendo assim, venho por meio deste solicitar a sua colaboração para o desenvolvimento deste trabalho autorizando a discente a ter acesso ao número de formações continuadas oferecidas aos professores do Ensino Fundamental nos últimos cinco anos.

Desde já agradecemos a sua atenção para conosco e contamos com a sua colaboração.

Atenciosamente,

Nozângela M^a Rolim Dantas
Professora CFP/UFCG

APÊNDICE C – Questionário



TEMA DE PESQUISA: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS

1 – Quantas formações continuadas foram oferecidas para professores do Ensino Fundamental nos últimos cinco anos nesse município?

Ano de 2013	
Ano de 2014	
Ano de 2015	
Ano de 2016	
Ano de 2017	

2 – Quais as áreas/disciplinas que essas formações abrangem?

Ano de 2013	
Ano de 2014	
Ano de 2015	
Ano de 2016	
Ano de 2017	

3 – Foi observado algum avanço na educação do município com essas formações?
Sim? Não? Por quê?

4 – Quais as principais dificuldades da Secretaria de Educação para a realização das formações para os professores?

Desde já agradecemos a sua atenção e colaboração!

Secretário de Educação
Umari - Ce, 02 de julho de 2018.